

**REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA****DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E)****DADOS DO PROPRIETÁRIO:**

NOME: _____	CPF/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____	CIDADE: _____
E-MAIL: _____	TELEFONE: _____

**DADOS DO LOTE/LOTEAMENTO:**

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA (ou INCRA): _____
Nº DA MATRÍCULA (ou TRANSCRIÇÃO): _____
ENDEREÇO: _____

**PRETENSÃO:**

<b>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO</b> (nos termos do Decreto Municipal nº 4909/2018)
<input type="checkbox"/> <b>COLETIVA</b>
<input type="checkbox"/> <b>INDIVIDUAL</b>

**DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS**

- Documentos pessoais com foto onde deve constar o número do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Comprovante do Estado Civil;
- Comprovante de Residência (contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa);
- Comprovante de Renda, observado o disposto no artigo 10º do Decreto Municipal nº 4909/2018.
- Comprovante da Posse;
- Certidão ou Declaração emitida pelo Ofício de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o imóvel para determinar sua titularidade do domínio onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado ou da inexistência de registro, devidamente atualizados;
- Relatório prévio de infraestrutura.
- Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento a rede de marcos municipais, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;
- Planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas;
- Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
- Projeto urbanístico;
- Memoriais descritivos;
- Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;
- Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;
- Estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;
- Proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária;

*NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.*

TIMBÓ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

A assinatura deve: ou ter reconhecimento de firma, ou ser assinada diante de agente administrativo público que deve lavrar sua autenticidade no próprio documento, ou apresentar cópia do documento de identidade do signatário. (Lei Federal nº 13.726/2018)

## **OBSERVAÇÕES**

- A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa do casal;
- A comprovação do estado civil poderá ser aceita quando expressa na cédula de identidade ou demais documentos com validade nacional;
- Os comprovantes de estado civil (certidão de nascimento, casamento) deverão ser atualizados quando da emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF;
- A comprovação de posse poderá ser aceita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, recibos, carnes de IPTU, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto;
- Em caso de falecimento de um dos cônjuges, a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a) com a anuência dos eventuais filhos;
- Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais e atualmente exercida por um ou mais dos filhos, será aceita a anuência dos demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar;
- Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, ou ainda, não havendo sido realizada a mesma, será aceita declaração de desistência para o outro cônjuge;
- Serão considerados infraestrutura essencial mínima: I - sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual; II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual; III - rede de energia elétrica domiciliar; e IV - soluções de drenagem, quando necessário.
- O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.